SOLO NETWORK BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

SOLO NETWORK BRASIL S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: +55 41 3244 0301
Fax: + 55 41 3244 0302
www.bdo.com.br

Avenida Silva Jardim, 2042, 2º andar
Batel – Curitiba, PR - Brasil
80250-200

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas da
Solo Network Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Solo Network Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solo Network Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Solo Network Brasil S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes com parecer emitido em 22 de fevereiro de 2019, sem modificação de opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Solo Network Brasil S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Solo Network Brasil S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

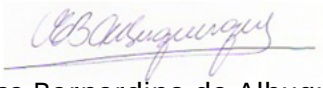
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Solo Network Brasil S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Solo Network Brasil S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Solo Network Brasil S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9



Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC 1 SP 143624-O/T – S - PR

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Disponibilidades	5	3.591	721
Aplicações financeiras	5	3.341	4.203
Contas a receber de clientes	6	33.867	11.740
Estoques	7	1.950	834
Impostos a recuperar	8	370	69
Outras contas a receber	9	1.332	783
		44.451	18.350
Não circulante			
Partes relacionadas		-	82
Títulos de capitalização		10	-
Depósito judicial		11	1
Imobilizado	10	832	416
Intangível	11	29	7
		882	506
Total do ativo		45.333	18.856

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	12	35.892	11.578
Salários e encargos sociais	13	194	114
Obrigações sociais e tributárias	14	489	977
Outras contas a pagar	15	1.210	430
		37.785	13.099
Não circulante			
Partes relacionadas		-	438
		-	438
Patrimônio líquido			
Capital social	17	3.400	2.000
Reservas de capital		457	789
Reservas de lucros		3.691	2.530
		7.548	5.319
Total do passivo e patrimônio líquido		45.333	18.856

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receita operacional líquida	18	150.041	83.864
Custos dos produtos vendidos	19	(128.640)	(68.833)
Resultado bruto		21.401	15.031
Despesas (receitas) operacionais			
Comerciais	20	(11.541)	(7.821)
Administrativas e gerais	21	(4.032)	(2.672)
Outras receitas operacionais		-	-
Lucro antes do resultado financeiro		5.828	4.538
Despesas financeiras	22	(1.847)	(477)
Receitas financeiras	22	2.173	805
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		6.154	4.866
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		(2.048)	(1.602)
Lucro do exercício		4.106	3.264

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro do exercício	4.106	3.264
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.106	3.264

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas legal	Reserva de lucros a realizar	Ágio na emissão de ações	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2018	1.250	89	748	412	-	2.499
Aumento de capital	750	-	-	-	-	750
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.264	3.264
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(6)	(6)
Constituição de reserva legal	-	163	-	-	(163)	-
Ágio na emissão de ações	-	-	-	125	-	125
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	-	(563)	(563)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.782	-	(2.532)	(750)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.000	252	2.530	537	-	5.319
Aumento de capital	1.400	-	-	-	-	1.400
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.106	4.106
Constituição de reserva legal	-	205	-	-	(205)	-
Transações de capital com os sócios	-	-		(537)	225	(312)
Distribuição de lucros e dividendos	-	-		-	(2.965)	(2.965)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.161	-	(1.161)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.400	457	3.691	-	-	7.548

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SOLO NETWORK DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.106	3.264
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	177	135
	4.283	3.399
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos e passivos		
(- /+) Aumento líquido/(redução) de contas a receber	(22.127)	(4.055)
(- /+) Aumento líquido/(redução) de estoques	(1.116)	32
(- /+) Aumento líquido/(redução) de impostos a recuperar	(301)	-
(- /+) Aumento líquido/(redução) de outras contas a receber	(549)	(447)
(- /+) Aumento líquido/(redução)de titulos de capitalização	(10)	-
(- /+) Aumento líquido/(redução) de depósitos judiciais	(10)	-
(- /+) Aumento líquido/(redução) de fornecedores	24.314	3.776
(- /+) Aumento líquido/(redução) em salários e encargos sociais	80	(18)
(- /+) Aumento líquido/(redução) em obrigações tributárias	(488)	757
(- /+) Aumento líquido/(redução) em outras obrigações	780	166
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.856	3.610
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(650)	(202)
Baixa de imobilizado e intangível	35	-
Investimentos	-	16
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(615)	(186)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento/(baixa) de empréstimos e financiamentos	-	(5)
Aumento de capital	1.400	-
Partes relacionadas	(356)	241
Transações de capital com os sócios	(312)	-
Lucros e dividendos pagos	(2.965)	(444)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(2.233)	(208)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.008	3.216
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.924	1.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.932	4.924
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.008	3.216

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A SOLO NETWORK BRASIL S.A. é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispositivos legais aplicáveis em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

A Companhia é cadastrada no CNPJ sob o nº 00.258.246/0001-68 foi constituída em 21 de outubro de 1994, e é uma das maiores revendas corporativas e implementadora de soluções em Tecnologia da Informação do Brasil, atuando na atividade de comércio varejista e prestação de serviços.

A Companhia possui um corpo técnico altamente qualificado com experiência em consultoria, fornecimento, implementação e gerenciamento de produtos Microsoft, HP, Lenovo, Huawei, Kaspersky, APC, Adobe e Autodesk, entre outros fabricantes de referência internacional.

A Solo Network Brasil S.A. é uma revenda de valor agregado e por isso traz projetos e soluções que inter-relacionam e otimizam todas as ferramentas para a melhor experiência da tecnologia da informação dos seus clientes.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 30 de março de 2019.

Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício de 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis estão estruturadas de acordo com as normas contábeis de uso corrente e de conformidade com as disposições vigentes na legislação societária, onde aplicável, apresentando-se de forma comparada com as do exercício anterior, inclusive, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos;

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros serão compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

- Passivos financeiros não derivativos.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.3. Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

- Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

- Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Ferramentas	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamento de processamento de dados	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.4. Ativos intangíveis

- Software

O software comprado que não seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado no intangível.

- Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

3.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são mensurados pelos custos médios de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas estimados para a venda.

3.8. Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

3.9. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do não reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10. CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o CPC 30 / IAS 18 Receitas. Os principais impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão apresentados a seguir:

a) Obrigações de desempenho

Nos contratos com clientes a Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas vendas e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia. Espera-se que o reconhecimento de receita ocorra quando o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

b) Contraprestação variável

Alguns contratos com clientes oferecem direito a descontos comerciais ou abatimentos por volume. Atualmente, a Companhia reconhece a receita da venda de bens mensurados ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos comerciais, quando estes existirem. De acordo com a IFRS 15, devido ao fato de que o contrato permite ao cliente a devolução dos produtos, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Companhia não possui contratos com direito à devolução de venda, sendo que as mesmas ocorrem de forma esporádica, não apresentando valores relevantes. Por este motivo, a Companhia opta por não aplicar a norma de restrição na receita. A Companhia possui programas de incentivos de vendas que remuneram financeiramente os participantes que atingirem as metas regulamentadas. A IFRS 15 exige que a contraprestação variável estimada seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. Na análise do efeito do diferimento à receita, a Administração concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras da Companhia.

c) Componentes de Financiamento

De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Em alguns contratos de venda, são recebidos adiantamentos de seus clientes, porém, somente de curto prazo. A Companhia decidiu usar o expediente prático previsto na IFRS 15 e não ajustará o valor prometido da contraprestação pelos efeitos de componentes de financiamento significativos nos contratos, em que a Companhia espera, no início do contrato, que a transferência de um bem ou serviço prometido para um cliente, e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço, seja de um ano ou menos. Portanto, para adiantamentos de curto prazo, a Companhia não contará com um componente de financiamento, mesmo que seja significativo.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com empréstimos e variação cambial.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.13. Provisão para contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

3.14. Outros passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Solo Network Brasil S.A. possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, quando aplicáveis, até as datas dos balanços.

3.15. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2(d)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Em 1º de janeiro de 2019 entraram em vigor o CPC 06 (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a saber:

a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 06 (IFRS16) em suas operações, e não foi identificado a necessidade do cálculo e registro na contabilidade.

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

4. Gestão de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento.

A gestão de risco de crédito da Companhia em relação a clientes adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, assim como busca incluir garantias em montantes suficientes para reduzir ao mínimo o risco de crédito das operações, além do acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, nos preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcionais da Companhia, o Real (R$). A moeda na qual estas transações são denominadas principalmente é o dólar americano (US$).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia considera que sua exposição líquida é gerenciada a um nível aceitável, comprando ou vendendo em moedas estrangeiras a taxas à vista, quando necessário, para tratar instabilidades de curto prazo.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As aplicações financeiras contratadas sofrem valorização com base na variação do CDI, sendo os encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo mercado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bancos	3.591	721
Aplicações financeiras	3.341	4.203
	6.932	4.924

A empresa mantém os recursos em contas correntes com aplicação automática de liquidez imediata e compreendem Certificados de Depósitos Bancários – CDB, em sua totalidade de renda fixa.

6. Contas a receber

	2019	2018
Clientes	34.459	11.996
Duplicatas descontadas	(282)	-
Perdas Estimadas com Créditos de Liquid. Duvidosa	(310)	(256)
	33.867	11.740

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos.

Aging list do contas a receber:

	2019	2018
A vencer	32.819	11.431
Vencidos até 30 dias	970	217
Vencidos de 31 a 60 dias	136	61
Vencidos de 61 a 90 dias	51	12
Vencidos de 91 a 120 dias	40	1
Vencidos de 121 a 180 dias	52	17
Vencidos de 181 a 365 dias	71	29
Vencidos acima de 366 dias	320	228
(-) PCLD	(282)	(256)
(-) Duplicatas descontadas	(310)	-
	33.867	11.740

7. Estoques

	2019	2018
Microsoft Brasil	1.438	615
Acorp	99	42
Pars	82	35
Corel Corporation	64	28
Outros	267	114
	1.950	834

8. Impostos a recuperar

	2019	2018
ISS a recuperar	81	65
PIS, COFINS e CSLL retidos a recuperar	-	4
INSS a recuperar	5	-
ICMS a recuperar	48	-
IRRF sobre aluguéis – PERD/COMP	1	-
PIS saldo negativo	38	-
COFINS saldo negativo	172	-
PERD/COMP	25	-
	370	69

9. Outras contas a receber

	2019	2018
Adiantamentos	8	23
Depósito judicial GVT	57	57
Microsoft Corporation - crédito	736	-
Zancanaro Informática	90	90
Pimentel Tecnologia Eireli	74	74
Verbas de marketing	-	490
Compliance IT Serviços de Informática	41	41
Reembolso de seguro predial	44	-
Adobe Systems do Brasil – crédito	260	-
Outros créditos	22	8
	1.332	783

10. Imobilizado

		2019			2018
	Taxa deprec. % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	99	(27)	72	17
Veículos	20	52	(37)	15	32
Computadores e equipamentos	20	874	(235)	639	225
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20	378	(272)	106	142
		1.403	(571)	832	416

Movimentação do imobilizado no exercício

	2018	2019			
	Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	17	65	-	(10)	72
Veículos	32	-	(35)	18	15
Computadores e equipamentos	225	521	-	(107)	639
Benfeitoria em imóveis de terceiros	142	37	-	(73)	106
	416	623	(35)	(172)	832

11. Intangível

	2018	2019			
	Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Líquido
Software	7	27	-	(5)	29
	7	27	-	(5)	29

12. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de R$ 35.892 e R$ 11.578 respectivamente, são compostos substancialmente por fornecedores de mercadorias para revenda.

13. Salários e encargos sociais

	2019	2018
Salários a pagar	44	20
INSS a recolher	35	19
FGTS a recolher	9	5
Pró-labore a pagar	8	5
Provisão de férias e encargos	98	61
RPA a pagar	-	4
	194	114

14. Obrigações sociais e tributárias

	2019	2018
IRPJ a recolher	234	491
CSLL a recolher	61	178
PIS a recolher	12	43
COFINS a Recolher	53	198
ICMS a recolher	-	9
ISS a recolher	103	28
Outras obrigações tributárias	26	30
	489	977

15. Outras contas a pagar

	2019	2018
Cartão BNDES	270	47
Adiantamento de clientes	36	161
Aluguel a pagar	2	1
Cartão Itáu	2	-
Cartão Santander	37	36
Comissões a pagar parceiros	836	185
Cartão Bradesco	3	-
Parceiros diretos a pagar	24	-
	1.210	430

16. Contingências

De acordo com as análises realizadas pelos advogados responsáveis pelos processos da Solo Network, não há contingências consideradas com risco de perda provável e possível, portanto, não foram provisionadas e nem divulgadas em 31 de dezembro de 2019.

17. Capital social e reservas

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social integralizado é representado por 3.400.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Ações	Valor (R$)	Percentual (%)
Audreyn Justos	1.530.000	1.530.000,00	45
João Paulo Costa Pereira	1.530.000	1.530.000,00	45
Ações em tesouraria	340.000	340.000,00	10
	3.400.000	3.400.000,00	100

18. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita operacional		
Revenda de mercadorias	152.133	82.487
Receita de serviços	21.201	10.519
	173.334	93.006
Deduções		
COFINS sobre faturamento	(10.297)	(5.271)
PIS sobre faturamento	(2.235)	(1.144)
ISS sobre serviços	(707)	(304)
ICMS sobre vendas	(257)	(244)
DIFAL sobre vendas	(102)	(28)
Devoluções de clientes	(9.418)	(2.151)
Serviços cancelados	(277)	-
	(23.293)	(9.142)
	150.041	83.864

19. Custos

	2019	2018
Custos das mercadorias vendidas	(111.974)	(61.458)
Serviços de terceiros - PJ	(3.858)	(2.064)
Outros custos do serviço prestado	(12.599)	(5.199)
Custos com pessoal	(209)	(112)
	(128.640)	(68.833)

20. Despesas comerciais

	2019	2018
Consultoria comercial	(651)	(47)
Publicidade	(821)	(356)
Serviços de terceiros – PJ	(8.248)	(5.342)
Despesas com viagens	(358)	(33)
Eventos	(240)	-
Despesas com pessoal	(572)	(86)
Outras despesas comerciais	(651)	(1.957)
	(11.541)	(7.821)

21. Despesas gerais

	2019	2018
Despesas gerais	(2.597)	(1.628)
Despesas com pessoal	(1.249)	(1.016)
Despesas tributárias	(186)	(28)
	(4.032)	(2.672)

22. Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros sobre descontos concedidos	(40)	(2)
Tarifas bancárias	(175)	(17)
Taxa adm. Cartão	(14)	(3)
Tarifas cambio	(136)	(19)
Variação cambial passiva	(1.454)	(436)
Juros bancários	(28)	-
	(1.847)	(477)
Receitas financeiras		
Juros sobre descontos obtidos	167	48
Rendimento aplicação financeira	243	91
Variação cambial ativa	1.763	666
	2.173	805
Resultado financeiro líquido	326	328

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

- Aplicações financeiras: são definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber: decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias);
- Empréstimos e fornecedores: são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

24. Cobertura de seguros

A política de seguros leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. Em 31 de dezembro de 2019 a empresa mantinha a seguinte apólice de seguro vigente:

Local segurado	Limite máximo de indenização
Predial	4.350.000,00

25. Eventos subsequentes: Impactos da pandemia COVID-19 nas atividades

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem.

Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global. O impacto total do surto de COVID-19 ainda se encontrava em constante evolução na data deste relatório. Desta forma, é incerta a magnitude que a pandemia terá sobre a condição financeira da Companhia, liquidez e resultados futuros das operações.

A administração está monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho. Dada a evolução diária do surto de COVID-19 e as respostas globais para reduzir sua propagação, a Companhia não pode estimar os efeitos do surto de COVID-19 em seus resultados operacionais, condição financeira ou liquidez para o exercício de 2020. Embora a Companhia não possa estimar a duração ou gravidade do impacto do surto de COVID-19 no momento, se a pandemia continuar, ela poderá vir a ter um efeito adverso/material nos resultados de operações futuras da Companhia, posição financeira e liquidez no exercício de 2020.

Funcionamento da Companhia

A Solo Network tem implantado, há muito tempo, uma plataforma de produtividade móvel, totalmente integrada com telefonia, videoconferência, acesso a serviços, servidores e dados, hospedados parte em Datacenter próprio, parte em nuvem. Essa plataforma permite a execução de todas as atividades da Companhia de forma remota. Desde 16/03/2020 a Companhia está em funcionamento com a todos os funcionários em Home Office sem prejuízo operacional relevante.

Impacto nos Negócios

É fato que as empresas de tecnologia são menos impactadas nas crises econômicas em relação a outros setores da economia, pois nas crises, as empresas buscam ainda mais redução de custos e/ou aumento de produtividade, ferramentas as quais a Solo Network comercializa e implanta. A Companhia aguarda o desenvolvimento da crise de perto e está pronta a agir, se necessário, para manter a empresa saudável.

Resultados do Primeiro Trimestre de 2020

A Companhia deve encerrar o primeiro trimestre com receita total em torno de R$ 43M, 58% maior que o primeiro trimestre de 2019. No mesmo período deve ter um lucro bruto na ordem de R$ 3,4M, 68% maior que o primeiro trimestre de 2019. Em relação a março de 2020, primeiro mês no Brasil com “Lock Down” parcial, identificou-se um decréscimo na ordem 20% nas vendas transacionais, que foram compensadas pelo incremento das vendas de projetos, em especial pelo significativo aumento de projetos de mobilidade, visando trabalho em Home Office para nossos clientes.